

**4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2024 DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

*26 de Setembro de 2024*

Ex.mo Senhor Presidente  
da Assembleia Municipal de Odivelas

N/Ref.ª 3ª AMO.SO 26.09.2024 – BM/JPG

Req. N.º 80/2021- Quadriénio 2021- 2025

Assunto:

***Voto de condenação pela fraude eleitoral nas Eleições Presidenciais da Venezuela de 28 de Julho de 2024 e pela repressão policial contra civis em virtude da realização destas***

***Considerando que:***

- Ocorreram no passado dia 28 de Julho de 2024 as Eleições Presidenciais da Venezuela para escolher um Presidente para um mandato de seis anos, com início em 10 de janeiro de 2025, que sucederá ao Governo venezuelano comunista de Nicolás Maduro que controla todos os órgãos de soberania do País, inclusive o próprio CNE- Conselho Nacional de Eleições e reprime ferozmente a oposição política que ainda resiste;

- Em Junho de 2023, a principal candidata opositora, María Corina Machado, foi proibida de participar pelo Governo venezuelano comunista sob a acusação de envolvimento em corrupção, ato esse considerado pela oposição como uma clara violação dos direitos políticos da oposição, tendo sido condenado por vários organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a União Europeia e a Human Rights Watch, para além de vários Estados soberanos;

- Após o CNE- Conselho Nacional Eleitoral, controlado pelo Governo venezuelano comunista, anunciar resultados parciais apontando uma vitória mínima de Maduro logo a 29 de Julho, múltiplos líderes mundiais expressaram predominantemente o seu ceticismo quanto aos resultados divulgados, não reconhecendo as alegações do CNE, com exceção dos líderes da Bolívia, Rússia, China, Irã e Cuba (todos eles Estados comunistas, autocratas ou mesmo teocratas) os quais felicitaram Nicolás Maduro pela eleição.

- Após o anúncio dos resultados eleitorais pelo CNE, centenas de protestos irromperam em todo o País, e o Governo comunista de Maduro estabeleceu uma extensiva repressão através da

detenção das principais figuras políticas da oposição, assim como a detenção de milhares de manifestantes e intensificou a perseguição política e a censura à imprensa local e internacional;

- No dia 1 de Agosto, os EUA reconheceram a vitória de Edmundo González Urrutia, assim como posteriormente os seguintes Países: Uruguai, Costa Rica, Equador, Panamá e Argentina, ainda que este último o tenha feito condicionalmente. Além destes Países, outros 12 Países pelo Mundo, assim como a União Europeia, não reconhecem a vitória de Nicolás Maduro;

- No dia 5 de agosto, Edmundo González Urrutia autoproclamou-se Presidente da Venezuela, declaração meramente simbólica com vista a marcar uma posição política nacional e internacional, uma vez que só o CNE tem o poder de proclamar o resultado eleitoral das eleições na Venezuela. Mediante esta declaração, a Justiça venezuelana decretou a prisão imediata de Edmundo González sob a acusação de publicar resultados eleitores paralelos em um site de internet, acusação repetidamente rejeitada por González, tendo este após a emissão da ordem de detenção fugido da Venezuela e pedido asilo político a Espanha, que lho concedeu.

- o *El Espectador*, jornal colombiano nacional, considera que as contagens oficiais de votos do CNE em 29 de Julho corresponderem a percentuais com zeros da segunda à quinta casa decimal é uma coincidência que indica claramente fraude eleitoral. Já o *El País*, jornal diário espanhol, estimou a chance dessa coincidência como uma em 100 Milhões. O *Infobae*, site de notícias argentino, também considerou os percentuais como tendo valores que dificilmente ocorreriam por acaso, o que, segundo o jornal, levantou suspeitas sobre a declaração de resultados do CNE. Já a *The Atlantic*, revista cultura e científica estadunidense, em 31 de Julho, anunciou que *"a eleição havia sido roubada ao povo venezuelano"*;

- Portugal reagiu aos resultados eleitorais das Eleições Presidenciais da Venezuela em momentos distintos e através de diferentes órgãos de soberania: primeiro, reagiu o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, apelando a uma verificação imparcial dos resultados na Venezuela e sublinhando que a transparência é a única que garante a legitimidade das eleições, tendo prometido ajudar os portugueses e luso-descendentes que vivem no País por meio de um plano de evacuação, se necessário fosse; de seguida, reagiu o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, em conjunto com líderes de outros Países europeus, aumentando assim a pressão sobre as autoridades venezuelanas para divulgarem os resultados das eleições através da exibição das Atas de todas as Mesas eleitorais nos quais havia inscritos no interior do País, uma vez que o Governo condicionou deliberadamente a jornada especial para a inscrição no Registro Eleitoral no exterior levando a que muitos venezuelanos emigrantes não pudessem exercer o seu direito de voto no estrangeiro; e por último, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, subscreveu ao pedido do Governo português condenou veementemente qualquer tipo de violência e/ou ameaça aos opositores políticos.

- De acordo com um grupo de duas dezenas de académicos e cientistas de renome mundial dedicados ao estudo da democracia e da integridade eleitoral, que subscreveram uma *Carta Aberta sobre a Eleição na Venezuela 2024*, entre os quais o Economista americano Francis Fukuyama e o Ativista chinês Simon Cheng, estes consideram existirem dados suficientes para se pronunciarem pela existência de uma *"fraude maciça"* nas eleições presidenciais da Venezuela e apelam à comunidade internacional para que reconheça a vitória de Edmundo González como Presidente da Venezuela. Este grupo de académicos mundial demonstrou-se profundamente preocupado com o futuro da Venezuela, em particular com a repressão e violência generalizadas após a eleição, condenando a resposta brutal das forças de segurança,

resultando em dezenas de mortes e centenas de prisões. Exigem total transparência e responsabilidade na contagem dos votos na sequência das Eleições Presidenciais de 28 de Julho;

- De acordo com a Tabulação Paralela de Votos AltaVista, uma iniciativa independente da sociedade civil para estimar de forma verificável e cientificamente precisa a contagem nacional de votos, o candidato da oposição Edmundo González recebeu pouco mais de 66% dos votos, enquanto Nicolás Maduro recebeu apenas 31%. Os resultados da AltaVista estão alinhados com registos de urnas eleitorais analisados pela The Associated Press e pelo The Washington Post, bem como com os dados da pesquisa de boca de urna da Edison Research, e contrastam fortemente com o anúncio oficial do CNE da Venezuela, que afirma que Nicolás Maduro venceu com 51% contra 44% de Edmundo González. Suscitando-se, portanto, questões fundamentais sobre a integridade do processo eleitoral e a legitimidade dos resultados eleitorais;

- Esta iniciativa da AltaVista foi validada por académicos de renome internacional e amplamente noticiada nos Media, sendo as reações de organizações internacionais com vasta experiência em observação eleitoral inequívocas: Tanto a Organização dos Estados Americanos (OEA) quanto o Carter Center afirmaram que a eleição foi **fraudulenta e não atendeu aos padrões internacionais de integridade eleitoral**. Ademais, o próprio Secretário-Geral da ONU, António Guterres, pediu total transparência em relação ao resultado da eleição e exigiu que o regime de Maduro publique os dados detalhados por seções eleitorais, um apelo compartilhado por muitos outros líderes mundiais.

***A Assembleia Municipal de Odivelas reunida a 26.09.2024 na 4ª Sessão Ordinária de 2024, delibera:***

- aprovar um Voto de condenação pela fraude eleitoral nas Eleições Presidenciais da Venezuela de 28 de Julho de 2024, nas quais o CNE- Conselho Nacional de Eleições da Venezuela proclamou Nicolás Maduro vencedor deste ato eleitoral com **51,2%** dos votos contra o seu oponente Edmundo González que teria obtido apenas 44,2% dos votos, contrariamente a PUD- Plataforma Unitária Independente que suporta o candidato independente opositor e que organizou um banco de dados que permitiu aos venezuelanos usar o seu documento de identificação nacional para verificação da contagem de votos concluiu que o resultado eleitoral foi favorável a González com **67,2%** dos votos contra o ainda Presidente venezuelano Maduro que obteve apenas **30,1%** dos votos validados segundo sistema de validação de votos em urna. Contrariamente ao Governo, os grupos políticos da oposição divulgaram um arquivo em formato CSV com os dados em nível de seção eleitoral para 24.532 seções de voto, que alinharam pelo resultado eleitoral que conferia ampla vitória eleitoral a Edmundo González;

- aprovar um Voto de condenação pela repressão policial contra civis em virtude da realização das Eleições Presidenciais da Venezuela de 28 de Julho de 2024 na sequência dos protestos populares contra a fraude eleitoral perpetuada pelo Governo comunista de Nicolás Maduro, dos quais resultaram menos **16 mortes de civis e 749 prisões de civis e presos políticos**. O Procurador-geral da Venezuela, também sob o controlo do Governo comunista de Maduro, esclareceu que os detidos foram acusados de diversos crimes, incluindo incitamento público, obstrução de vias públicas e, nos casos mais graves, terrorismo. Ainda assim, as manifestações populares continuaram pelo segundo dia consecutivo após as eleições, com a oposição a Maduro contestando os resultados divulgados pelo CNE e exigindo uma **recontagem imediata e transparente** dos votos em urna.

O presente Voto de de condenação pela fraude eleitoral nas Eleições Presidenciais da Venezuela de 28 de Julho de 2024 e pela repressão policial contra civis em virtude da realização destas deverá ser enviado aos seguintes órgãos de soberania, entidades públicas e/ou associações privadas representativas:

- Ao Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o qual fez pública nota no sítio oficial da Presidência da República de 03.08.2024, sublinhando que *“apoia a posição do Governo português, bem como dos Governos espanhol, francês, italiano, alemão, holandês e polaco, exigindo a divulgação de todas as atas eleitorais, para assegurar a transparência do resultado das eleições e o respeito pelos direitos de todos os venezuelanos, bem como assegurar a Democracia e as Liberdades. (...)”*

- Ao Senhor Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, que em declaração conjunta de 03.08.2024 com o Chanceler da República Federal da Alemanha, Presidente do Governo de Espanha, Presidente da República Francesa, Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Primeiro-Ministro dos Países Baixos, Primeiro-Ministro da República da Polónia, declararam publicamente *“Apelamos às autoridades venezuelanas para que divulguem rapidamente todas as atas eleitorais, de forma a garantir a total transparência e a integridade do processo eleitoral. A oposição indica que recolheu e publicou mais de 80% das atas eleitorais elaboradas por cada mesa de voto. Esta verificação é essencial para reconhecer a vontade do povo venezuelano. Os direitos de todos os venezuelanos, em particular dos líderes políticos, devem ser respeitados durante este processo. Condenamos veementemente qualquer detenção ou ameaça que lhes seja dirigida. A vontade do povo venezuelano, bem como o seu direito de manifestação pacífica e a liberdade de reunião também têm de ser respeitados.”*

- A todos os Grupos parlamentares da Assembleia da República, nas pessoas dos seus líderes parlamentares;

- A todos os Presidentes dos Partidos políticos com assento na Assembleia da República;

- Ao Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, com conhecimento dos líderes dos grupos do Parlamento Europeu, e à Representação portuguesa da Comissão Europeia, na pessoa da sua representante Sofia Moreira de Sousa;

- À Embaixadora da Venezuela em Portugal, Mary Flores Mora, e à sua representação diplomática em território nacional;

- À Associação Venexus- Associação nacional de cidadãos venezuelanos e luso-venezuelanos, na pessoa do seu Presidente Christian Höhn;

- À Associação ALUSVEN- Associação Luso-Venezuelana de Cooperação e Desenvolvimento, na pessoa do seu Secretário- geral Jorge Pereira;

- Ao CSLV- Centro Social Luso Venezolano, na pessoa do seu presidente Joaquim Dias;

- À Associação VENECOM- Associação da Comunidade de Imigrantes Venezuelanos na Madeira, na pessoa da sua presidente Ana Cristina Monteiro;

- À Associação Venezuela Amiga, sediada em Loulé.

Odivelas, 24 de Setembro de 2024

**O Deputado Municipal de Odivelas eleito pelo CDS-PP**

*João Pedro Galhofo*